

JOSÉ REIS

Faculdade de Economia da Universidade
de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

TERRITÓRIO E SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS ECONOMIAS LOCAIS

127

Neste artigo procura-se, principalmente, sublinhar alguns tópicos que permitam reflectir sobre as condições em que certas economias locais desenvolvem processos de industrialização assentes numa rede de relações de base territorial — com esse objectivo propõe-se a noção de sistema produtivo local e atende-se às situações em que a acumulação de uma cultura técnica industrial coexiste com a consolidação de um sistema de interdependência produtivas.

Se o ponto de partida para esta

discussão tem a ver, entretanto, com a própria conceptualização do espaço, o ponto de chegada procura apenas estabelecer uma interrogação acerca das relações entre os diferentes tipos de sociedades locais e a natureza dos agentes colectivos mais intervenientes. A questão que fica em aberto é esta: o papel do poder local na promoção industrial local não é apenas uma faceta da condição estática de algumas sociedades locais?

S

E procurarmos reflectir sobre os poderes que se disseminam na sociedade, certamente não poderemos dispensar uma atitude que compreenda também uma apreciação da sociedade e das economias locais.

Nas sociedades contemporâneas, o esgotamento dos modelos centralizados de desenvolvimento tem trazido para a ribalta a questão da natureza segmentada, diferenciada, da organização económica e social. O *local* é, neste contexto, uma redescoberta que, com frequência, resulta de duas problemáticas relativamente diferentes.

Uma é a das dinâmicas de acção do «estado local», do Poder Local, dirigidas para a reanimação da sociedade local, em vista das suas debilidades e das suas carências de desenvolvimento, isto é, em vista da óbvia constatação de que a crise ou a falta de desenvolvimento se inscrevem da forma mais evidente a nível local, sendo aí que mais se sentem as pressões e, eventualmente, que melhor se pode iniciar a mobilização de recursos. Podemos designar esta vertente como a do **desenvolvimento local**.

A outra problemática da redescoberta do local resulta da própria concepção do território e da interpretação dos fenó-

1. Introdução

menos de inscrição espacial dos movimentos económicos. Neste caso, a questão consiste predominantemente em prestar atenção aos elementos constitutivos e potencializadores do funcionamento das economias, encarando-os na sua dimensão territorial. De facto, devemos admitir que a organização espacial não é apenas um resultado da distribuição pelo território dos factores móveis — trabalho e capital, nomeadamente — e de dotações fixas de recursos naturais. Os territórios identificam-se também por serem espaços organizadores de funções económicas, ou seja, por iniciarem, desenvolverem e potencializarem *processos relacionais* de estruturação produtiva, originando materialidades económicas particulares em cujo contexto de funcionamento as interferências de ordem local podem ser significativas. Esta segunda vertente podemos designá-la como a da análise dos **sistemas produtivos locais**.

Nas notas que constituem o presente contributo para uma análise das questões locais, privilegiarei a segunda destas vertentes (1). Para isso, proponho-me atender a dois temas de reflexão: o primeiro refere-se aos discursos sobre o espaço nas ciências sociais, tendo em vista a análise das relações espaço/indústria nas economias contemporâneas; com o segundo procura-se definir um quadro de análise das economias locais, através de noção de sistema produtivo local.

2. Espaço, território e sistemas produtivos locais

Começemos por uma interrogação: como é que o espaço tem sido encarado pelas ciências sociais?

Esta pergunta tem em vista a conclusão, que desde já adianto, de que os raciocínios dominantes sobre o espaço se estruturam valorizando mais os factores topológicos da sua definição do que os factores territorializados de ordem económica, social e cultural. Isto é, privilegiou-se mais a noção de espaço como *distância* ou como suporte de funções (os espaços funcionais) do que os espaços-território (2).

No entanto, creio que é clara hoje em dia a tendência para uma reavaliação da ideia de *espaços territoriais*, entendidos como conjuntos estruturados e complexos assentes em relações reticulares e em modos próprios de comunicação e sociabilidade. Ou seja, o espaço não poderá ser visto só como um lugar de projecção de racionalidades económicas exteriores, deverá também ser analisado na sua *espessura*, isto é, através dos seus elementos constituintes, quer os de natureza

(1) A vertente do desenvolvimento local tem sido já objecto de uma vasta literatura em países estrangeiros, nomeadamente em França: mais recentemente, veja-se Arocena (1986) ou Greffe (1988). Em Portugal merecem referência os trabalhos de Henriques (1986) ou Neves (1984). Na óptica dos sistemas produtivos locais, são relevantes os trabalhos de autores italianos, nomeadamente os de Garofoli (1983, entre outros). Em Portugal discute-se esta perspectiva em Silva (1987) e Reis (1987).

(2) Pecquer (1986 e 1987) discute aprofundadamente estas questões.

material, quer os de natureza simbólica e cultural. No que se refere à indústria, direi que a percepção dos territórios como *receptores* de industrialização deve juntar-se também a sua condição de *agentes* de industrialização.

Vejam, entretanto, alguns tópicos da evolução do discurso sobre o espaço. Creio que pode dizer-se, retomando termos de Claval (1987), que, durante o século XIX, por exemplo no domínio da economia, «o liberalismo triunfante retém como realidades fundamentais a empresa, por um lado, e a nação, por outro. A economia espacial estrutura-se lentamente mas quase não põe o acento na economia regional: preocupa-se exclusivamente com as localizações — a das actividades agrícolas, primeiro, mais tarde, a das actividades industriais». Ou seja, diria eu em síntese, privilegia-se o espaço como distância e como condicionante de mobilidades, subestimando-se a região como identidade.

129

De facto, na perspectiva percursora de Cantillon ou de Von Thünen⁽³⁾, o espaço é regulado por confrontos de preços e de custos (economias de tempo e de transporte — questões de *distância*, portanto). Tal autonomização do económico conduz a que a ideia de espaço-económico seja principalmente a de uma *geografia abstracta*, onde se omitem os factores constituintes dos territórios, as suas especificidades e as suas capacidades de iniciativa ou de reordenação.

Do mesmo modo, esta posição fundamental de exterioridade face aos espaços localizados vai estar presente quando o reconhecimento das desigualdades espaciais introduz a questão do espaço polarizado e se projectam no espaço económico políticas de localização ou de relocalização de actividades ou, ainda, quando se tomam os territórios como lugares indiferenciados onde se realiza a acumulação do capital.

Os contextos sócio-económicos destes discursos são conhecidos e foram bem sublinhados por Pecquer (1986). É o contexto da revolução industrial, quando a necessidade de espaços nacionais livres de entraves regulamentares que influenciassem os preços levou à concepção de um espaço homogéneo. É, depois, o contexto do desenvolvimento urbano e da acumulação capitalista, já que a necessidade de ordenação do território se associa a concepção de plano e de espaço polarizado. É, finalmente, o contexto de internacionalização da produção e da troca desigual, quando a concepção do espaço isento de especificidades relevantes se associa a uma ideia de integração uniforme no funcionamento da lei do valor.

Creio que se torna pertinente notar, a este propósito, que, nas preocupações disciplinares das ciências sociais, terá sido

⁽³⁾ Para uma cuidada apresentação destas perspectivas cf. Lopes (1980: 153-171).

à antropologia que sempre coube a posição particular de melhor reconhecer as formas específicas de cultura produtiva e de expressão simbólica. Mas é claro que, ao mesmo tempo, a antropologia desconheceu as possibilidades da sua articulação com fenómenos de massa (Courlet e Pernet, 1987). A economia, pelo seu lado, reconheceu mais facilmente os processos globais e organizados de modo central do que as formas locais e específicas. Trata-se agora de procurar quebrar estes obstáculos, para uma melhor interpretação dos fenómenos.

Por isso vale a pena perguntarmo-nos, ainda a propósito dos discursos sobre o espaço: e hoje, onde estamos?

A crise económica iniciada em 1973 é também a crise dos modelos simples de observação e de interpretação das economias. No que diz respeito à análise das economias centrais, o esgotamento do que se tem designado por *fordismo* ⁽⁴⁾ obrigou a refazer com especial cuidado os modos de recomposição da relação salarial e de integração dos espaços económicos periféricos. No plano internacional, como no interior das formações nacionais, a complexificação das mutações espaciais e do jogo de iniciativas produtivas relativizou a noção atractiva (e simples, porque não dizê-lo?) do modelo centro-periferia ⁽⁵⁾. Por isso, numa acepção mais ampla do que a de *crise*, tem-se colocado como hipótese de trabalho a ideia de que o esgotamento do modo de regulação dominante nas economias centrais desde a Segunda Grande Guerra até àquela data implicou, fundamentalmente, a transição para novos modos de regulação económica ⁽⁶⁾. Com isto ficavam

⁽⁴⁾ Por *fordismo* entende-se um modelo económico que assenta em duas características essenciais. Uma diz respeito ao sistema tecnológico industrial e às grandes aquisições no âmbito da racionalização e da divisão do trabalho, à incorporação do *savoir-faire* em equipamentos especializados, ao aumento da dimensão das unidades de produção com vista à obtenção de rendimentos de escala. A outra tem a ver com a *relação salarial* e traduziu-se numa integração intensa e historicamente nova dos assalariados no consumo, especialmente no de bens duradouros. Ao fordismo corresponde, assim, um compromisso original entre o capital e o trabalho, baseado numa nova lei de formação dos salários, já que estes, para além de estarem indexados à evolução dos preços no consumidor, incorporam também antecipações de ganhos de produtividade. Acresce ainda que, nas economias centrais onde tal modelo se consolidou, estas regras tendem a generalizar-se ao conjunto da economia.

⁽⁵⁾ O modelo centro-periferia procurou identificar o quadro de relações inter-regionais em que se originam formas polarizadas de desenvolvimento, definindo-se assim um *centro*, onde se concentram os factores dominantes do funcionamento económico, e uma *periferia*, que age como fornecedora de factores subsidiários e como mercado de recepção para os produtos do centro. Esta aproximação conta a seu favor com um importante crédito, o de evidenciar a natureza assimétrica e não equilibrada das relações inter-regionais, mas atribui-se-lhe hoje em dia a insuficiência de não representar devidamente a complexidade das economias.

⁽⁶⁾ A ideia que aqui temos presente é a seguinte: ao dar-se o esgotamento de uma lógica central de regulação das economias — derivada da grande escala, da produção estandardizada e de uma tecnologia que, uma vez estabelecidos os objectivos da produção, assenta num conjunto de

abertas sérias brechas no discurso que proclamava o «fim dos territórios» e que reflectia um modelo de acumulação especialmente de tipo «extensivo», com alargamentos sucessivos dos espaços e dos agentes num mesmo processo de desenvolvimento.

Ainda que se organize a análise a partir de um princípio de regulação central — e, portanto, de uma lógica em que se encaram os espaços locais como *apenas derivados* da racionalidade do capital central — do que se trata agora é de reconhecer que a integração é diferenciadora, seja a integração dos territórios, seja a do trabalho, seja a das capacidades produtivas locais. A ideia é que está em curso neste momento nos países capitalistas centrais uma transição entre modos de regulação da economia que produz uma transformação importante do modo de integração dos países e das regiões periféricas e semi-periféricas. A característica mais importante desta transformação é que, em vez de desprezar ou pretender destruir as especificidades sócio-político-económicas de cada um desses países ou de cada região, alimenta-se delas e tende, por isso, a vincá-las. Um processo que se designa por **integração diferenciadora** (Santos, Reis e Marques, 1986).

131

A variável territorial ficava, pois, reintroduzida. No entanto, mais do que o seu reconhecimento e a sua reposição, está em aberto o seu peso, o seu lugar e a sua dinâmica.

De facto, não tardou que, com a crise, logo nos anos setenta se reconhecessem nas formações nacionais alterações espaciais significativas. Os primeiros sinais surgiram sob a forma de efeitos de descentralização ou deslocalização industrial das regiões de maior concentração para as regiões de natureza intermédia — uma descentralização decidida em função de variáveis localizadas. As regiões e os espaços locais emergiam, assim, com capacidades de atracção *por si*. Eram, apesar disso, apenas receptores de estratégias espaciais de agentes dotados de mobilidade — os grupos e as grandes

rotinas e de especializações — as economias contemporâneas deparam-se com a necessidade de um novo modelo cuja natureza essencial consiste na existência de organizações em que se combinam a concepção e a execução (o que Sabel, 1982, chama, inspirado em Fox, *high-trust organizations*, por contraposição ao *low-trust system* do fordismo). Estas alterações consistem na procura de um *flexible manufacturing system*, isto é no recurso à *softwarização*, sendo este um processo em que, por certo, ganham avanço os países centrais do sistema mundial capitalista (para maior desenvolvimento, cf. Santos, Reis e Marques, 1986). Julgo, no entanto, que tal transição envolve também o contributo de espaços e de lógicas de produção onde as relações produtivas são modeladas localmente, assentando em processos de comunicação e de informação relacionais e onde a identidade entre a concepção e a execução resultam em grande medida de ser o espaço local, e não tanto cada empresa isoladamente, que constituem o lugar de organização do ciclo produtivo. É demasiado pobre classificar estes espaços de pré-fordistas porque, embora seja certo que as suas características organizativas advêm de uma maturação industrial antiga, a sua dinâmica faz parte da recomposição actual dos processos de regulação.

empresas. Numa primeira análise, estes espaços identificavam-se por condições passivas que ficavam à disposição dos agentes que tinham modelado as estruturas espaciais anteriores. As empresas deslocavam-se e agiam em função de condições diferenciadas de oferta de mão-de-obra e do conteúdo não conflitual da relação laboral, alargando a relação salarial e integrando força de trabalho até aí rural e agrícola.

Também não tardou a reconhecer-se que as próprias estratégias das empresas dotadas de mobilidade, mais do que simples estratégias de localização determinadas por um ou outro factor isolado (factores «discretos»), eram **estratégias relacionais**. Nos seus novos espaços de produção, elas actuavam segundo um cálculo voluntário de pequena dimensão e serviam-se, segundo esquemas de integração vertical ou de subcontratação, da estrutura das pequenas e médias empresas existentes ou em evolução ou, então, recorriam ao trabalho ao domicílio, o qual se integra em estratégias familiares locais de gestão do tempo de trabalho e dos rendimentos, isto é, em formas intimamente relacionadas com os modelos locais de reprodução social. Neste sentido, o que se torna mais visível é, claramente, a *funcionalidade* do local face às estratégias centrais.

Haveria, no entanto, de considerar-se que a descentralização das grandes empresas só representa um pequeno aspecto da reconversão espacial (Courlet e Judet, 1986) ou que se deu, no início, excessiva atenção à descentralização das grandes empresas e aos aspectos mais tradicionais da pequena empresa, esquecendo a mobilização e as mutações que se produziram propriamente a nível regional, isto é, os factores endógenos que permitem reconhecer uma certa capacidade de regulação local e regional: o tecido territorial, como espaço material de inter-relações entre agentes; as relações de produção de âmbito micro-social que estabelecem estratégias relativamente autónomas de índole familiar que, por sua vez, se tornam mais relevantes quando as famílias, para além de unidades de consumo, são também unidades de produção (Bagnasco, 1985). Com isto quis sublinhar-se que, ao lado da funcionalidade, há uma lógica de *autonomia* presente nos fenómenos económicos locais.

O reconhecimento deste quadro trazia um dado inquestionavelmente novo à percepção dos fenómenos espaciais e das articulações entre a industrialização e o espaço. Significava que as regiões e os espaços locais podem ser analisados naquilo a que eu chamaria a sua *espessura* própria — para além de receptores de industrialização, eles dispunham de factores actuantes na reordenação das estratégias dominantes e, pelo menos, transformavam as estratégias de descentrali-

zação de feição integradora em estratégias reticulares (7) que, em boa parte, são estruturadas localmente.

Para além de uma avaliação da estruturação espacial em função da diferente mobilidade dos agentes modeladores do espaço, estamos principalmente perante uma necessidade de aproximação ao que noutra lugar (Reis, 1986) chamei o «nível local de análise». Julgo que esta tarefa comporta, simultaneamente, uma atenção particular àquilo que designaria como *uma complexa fenomenologia económica e social de ordem local* e àqueles factores que remetem principalmente para o quadro estrutural de constituição e desenvolvimento das economias locais (designadamente, processos de articulação entre a produção e a reprodução social; processos de especialização local; acumulação de cultura técnica...).

Julgo que o conceito de *sistema produtivo local* pode ser um contributo para um objectivo desta natureza. A noção que aqui irei propor toma explicitamente em conta as economias de natureza intermédia — aquelas que, como a portuguesa, podem ser classificadas como semiperiféricas.

Uma das sedes disciplinares em que se desenvolveu o conceito de sistema produtivo local foi a da economia industrial e, aí, várias análises encararam a fragmentação local da produção industrial como um produto de estratégias produtivas das grandes empresas ou dos grupos económicos, através da subcontratação. Nestes casos as análises de âmbito local são principalmente análises *derivadas*.

Na minha intenção, o interesse pela construção de uma noção de sistema produtivo local advém principalmente de procurar um fio de análise que possibilite interpretar as situações em que a industrialização deriva de um processo originado localmente, segundo um processo longo de formação e acumulação de uma cultura técnica industrial, e está associada a modos complexos de articulação com as componentes dos modos de reprodução social locais.

O que há de mais estrutural num sistema produtivo local — o que define a sua natureza — é o facto de a sua constituição e desenvolvimento resultar de processos relacionais de ordem territorial e, portanto, da mobilização de condições inscritas espacialmente. Podemos, no entanto, admitir que para a identificação de um sistema produtivo local no contexto de uma formação nacional se atendam a factores de ordem industrial, como o sector de especialização. Julgo que daqui resultam, de facto, elementos diferenciadores importan-

(7) Pode falar-se de estratégias reticulares quando se criam localmente inter-relações que envolvem mais agentes, mais meios e maior capacidade de oferta do que os que resultam das *ordens* do agente integrador externo.

tes, já que é das condições técnicas predominantes que, em grande medida, deriva a natureza dos processos de mobilização da força de trabalho, a capacidade de diversificação produtiva, a qualificação requerida da mão-de-obra, as possibilidades de novas iniciativas, o tipo de flexibilidade produtiva⁽⁸⁾.

Por outro lado, uma das características distintivas da noção de sistema produtivo local face a outros instrumentos de apreensão de fenómenos económicos de base local é o facto de aquela assentar na identificação de uma estrutura produtiva e de mecanismos de desenvolvimento industrial localizados que, pelo menos nalgumas fases importantes, se pressupõem cumulativos. Esta referência parece ser essencial, uma vez que permite também distinguir os sistemas produtivos locais, por exemplo, dos efeitos locais das formas polarizadas de estruturação industrial (as noções de tecido industrial regional ou a própria noção de sistema produtivo local que apenas toma em atenção as estratégias espaciais dos grupos⁽⁹⁾) ou de noções como a de bacia de emprego, onde o local é essencialmente um espaço de incidência de migrações pendulares de mão-de-obra.

Um sistema produtivo local há-de supor também condições originais de partida e de evolução. Isso aponta, evidentemente, para a diversidade destas formas industriais. Mas significa também que a constituição de um sistema produtivo local não é um processo mecânico nem uma forma de evolução orgânica, a partir de condições mais ou menos gerais. Pelo contrário, a tipicidade de cada caso depende do facto «novo» que constitua uma ruptura fundadora — uma iniciativa original, disponibilidade de contactos privilegiados no âmbito de relações já estruturadas, disponibilidade de um «recurso raro».

Do mesmo modo, um sistema produtivo local há-de compreender também uma *história industrial* própria e, com grande probabilidade, longa.

É esta circunstância que permite apreciar os mecanismos fundamentais de um sistema produtivo local, estabelecidos a partir da consolidação de uma actividade de especialização. Esses mecanismos são:

a) a capacidade de **acumulação de uma cultura técnica industrial;**

b) um **sistema de inter-dependências industriais** de base local.

⁽⁸⁾ Tenha-se presente a natureza bastante diferente da industrialização do Vale do Ave, de Leiria ou de Águeda.

⁽⁹⁾ Veja-se a propósito da primeira noção Arena *et al.* (1987) e a propósito da segunda Gilly (1987).

A primeira fase da formação de um sistema produtivo local corresponderá à sua reprodução simples e pode representar-se na consolidação de um *sentido de especialização* por parte de um conjunto de empresas que, individual e internamente, asseguram o preenchimento de cada categoria do *leque profissional* pressuposto pelo ciclo produtivo. É este limiar de obtenção de capacidade profissional que permite, de seguida, numa segunda fase, o alargamento da base produtiva e, depois, a divisão do trabalho entre empresas, a integração vertical e mesmo a adaptação a novas funções que advêm do aprofundamento do sistema produtivo originário.

135

Digamos, para uma ilustração mais esclarecedora, que uma economia local se torna num sistema produtivo quando o aumento da sua capacidade industrial deriva principalmente de formas de iniciativa empresarial estreitamente ligadas ao ambiente local, na base de relações de inter-dependência técnica e da socialização com processos industriais comuns.

É face à realização destas condições que é possível interpretar uma segunda fase da evolução do sistema produtivo local e avaliar a sua capacidade de *reprodução alargada*.

Nesse caso, as empresas locais não se supõem apenas justapostas num mesmo espaço físico, admitindo-se que, pelo contrário, estabelecem entre si relações que derivam de complementaridades produtivas, as quais originam um conhecimento alargado quer do ciclo de produção, quer dos modos de organização do trabalho nas suas várias fases, bem como uma capacidade relativamente elevada de adaptação a novas actividades.

O aprofundamento do sistema produtivo originário corresponde, assim, a um processo organizado localmente entre empresas do mesmo meio e conduz a uma situação de integração produtiva, eventualmente criadora de capacidade negocial face ao seu exterior. É este facto que permite distinguir um sistema produtivo local dos casos que apenas derivam de um cálculo de localização por parte de empresas dotadas de mobilidade e que, sobretudo, permite avaliar a sua intensificação como sistema local criador de *sinergias*.

A reprodução alargada de um sistema produtivo local supõe a sua diversificação produtiva e supõe, também, que ele disponha de capacidade de representação: ao processo de inter-dependências produtivas há-de corresponder uma instância de mediação e ao processo de relacionamento com o exterior há-de corresponder capacidade de representação colectiva, como tem sido ilustrado, por exemplo, pelo papel das associações industriais de base local.

A propósito das relações com o exterior, deve recordar-se que um sistema produtivo local é fundamentalmente um *lugar*

de *intermediação*⁽¹⁰⁾ (um lugar intermédio e um lugar de negociação) no processo estrutural de organização da produção nas formações capitalistas. No caso das economias intermédias, uma característica central é a especial intensidade das estratégias relacionais de nível local. Estas são frequentemente criadoras de condições de suporte para circunstâncias de maior debilidade industrial e, por isso, procuram mobilizar as estruturas sociais locais como forma de compensar os baixos níveis salariais. Mas podem ser também processos de valorização do potencial técnico e produtivo acumulado. Nestes casos a posição do sistema produtivo local nas relações industriais de âmbito mais vasto passa por uma negociação.

Se o que acabo de referir constitui as características industriais de um sistema produtivo local, importa recordar também que este supõe necessariamente uma articulação forte e estruturada com as **condições sócio-económicas locais**.

Desde logo uma articulação forte com os modos locais de reprodução social e, particularmente, de reprodução da força de trabalho. Os mecanismos estruturais desta articulação creio que podem ver-se em dois planos principais, ambos derivados de uma especial vitalidade das *estratégias familiares*: o das formas de ocupação do espaço habitacional (cf. Portas, 1986; Gama, 1987) e o das formas de exercício de actividade e de dispêndio de trabalho, com particular significado, neste campo, para a complementaridade com a pequena agricultura.

Julgo que é desnecessário desenvolver com grande detalhe qualquer destes dois aspectos. Apenas queria sublinhar, quanto ao segundo, que a presença significativa da pequena agricultura complementar nos casos de industrialização local constitui, a meu ver, uma circunstância estrutural muito característica das economias semiperiféricas e que deve principalmente ser vista como modeladora da esfera da reprodução social e, portanto, da centralidade das condições de oferta de trabalho.

Estas características traduzem-se também em condições simbólicas a cujo significado se deve atender com particular atenção. De facto, as situações produtivas marcadas pela iniciativa industrial local estão também associadas a formas tradicionais de redefinição da divisão interna do trabalho familiar, sem que deixe de se manter uma estratégia familiar comum, na base de padrões culturais próprios e de formas de

⁽¹⁰⁾ Julgo que através desta problematização se pode superar a questão relativamente dilemática que advém da contraposição da vertente de *funcionalidade* dos sistemas locais à sua vertente de *autonomia* (veja anteriormente, p. 132).

legitimação e de consensos sociais específicos, contrastantes com as de meio urbano, em que o quadro social das famílias tende a limitar-se às relações sociais que constituem o tipo ideal do capitalismo. Mais geralmente, nos casos a que me estou a referir, encontramos relações que «são portadoras de mapas cognitivos, universos simbólicos e *habitus* de classe muito distintos dos que ideal tipicamente são atribuíveis ao operariado ou às relações entre ele e a burguesia» (Santos, 1985).

O quadro familiar e as condições sócio-económicas locais representarão mais do que aquilo que é indiciado pela vinculação à pequena agricultura e pelas formas de sociabilidade local. Bastará lembrar dois outros aspectos: a importância dos recursos familiares e, sobretudo, da sua lógica de poupança e acumulação para a realização das pequenas iniciativas; as possibilidades de internalizar na família fases da fragmentação do ciclo produtivo industrial com possibilidades de desenvolvimento articuladas ao sistema produtivo local.

137

Um sistema produtivo local é assim, numa definição sintética, um espaço de produção característico das formas de desenvolvimento intermédio e não metropolitano definido simultaneamente por *a)* condições industriais próprias, *b)* formas de representação colectiva e *c)* condições sócio-económicas e territoriais relacionadas com os modos de reprodução social predominantes.

As **condições especificamente industriais** assentam num conjunto relativamente articulado de pequenas e médias empresas resultante da iniciativa local, num sector de especialização, num processo de divisão do trabalho industrial e de relações inter-industriais locais de natureza reticular, tendo como referência uma cultura técnica comum cuja acumulação se consolidou durante uma história industrial suficientemente longa — são, além disso, resultado de uma ruptura fundadora cuja originalidade se pode tornar definitiva quando o sistema, em função de economias locais de aglomeração e da obtenção de um limiar de densidade, assegura capacidade de reprodução.

A par destas condições industriais, a reprodução do sistema supõe que ele dispõe de **formas de representação colectiva** que asseguram a negociação da sua posição como lugar de intermediação no processo estrutural de organização das economias capitalistas.

Por sua vez, o **ambiente sócio-económico que enquadra o sistema de produção industrial** é muito influenciado pelo facto de as economias familiares criarem estratégias de actividade multiformes, levando a que as condições de reprodu-

ção da força de trabalho e de gestão do tempo e do rendimento não estejam em relação linear unívoca com a tendência dominante de salarização da mão-de-obra. Este facto confere importância acrescida ao contexto territorial, assente numa baixa concentração urbana e na relação triangular empresa (lugar de trabalho assalariado e de exercício de capacidade profissional)-casa-espaço agrícola (lugar de pluriactividade e sede da reprodução da força de trabalho).

3. Sociedade local e poder local

Com as questões anteriormente apontadas procurei traçar uma imagem que representasse a *espessura*, o conteúdo, dos espaços territoriais. Procurei, sobretudo, ilustrar uma concepção do espaço em que se realçam as capacidades organizadoras dos elementos constituintes de uma formação nacional e, portanto, captar uma parte do que, substancialmente, é o *local*. E só uma parte, de facto. Porque é evidente que as condições analisadas, são as dos espaços territoriais dinâmicos.

Entende-se, assim, que os territórios não são peças idênticas de um conjunto uniforme nem são, tão pouco, meros suportes físicos de estratégias que lhes são completamente exteriores. Os espaços locais possuem uma materialidade sócio-económica no quadro da qual se desenvolvem as acções dos poderes disseminados na sociedade local. Esses poderes não são, evidentemente, apenas os poderes autárquicos, tipificados no que designamos por Poder Local. As formas de representação da sociedade local podem ser de vários tipos, que poderão ser tanto mais variadas quanto maior for a maturidade e a complexidade da organização económica local.

A negociação da posição da sociedade local no jogo de relações com o seu contexto exterior torna-se por vezes bastante activa quando o que está em causa é o seu lugar enquanto sistema produtivo constituído e gerido por agentes locais. As estruturas de representação do sistema local são, nesses casos, de raiz sócio-económica. A sua importância pode ser avaliada pelo papel crescente que as associações industriais têm assumido recentemente. É até curioso observar que é frequente estabelecer-se um jogo de relações entre as associações e o poder municipal que vai desde as situações em que este, na óptica do desenvolvimento local a que me referi no início, começa por desempenhar acções de promoção económica que depois transfere, ao atingir-se uma «massa crítica» de mobilização, até às situações em que a centralidade das forças empresariais locais já tinha consolidado formas de representação colectiva, não se tornando relevante o papel do Poder Local no âmbito económico.

A concepção do espaço que atende às possibilidades de iniciativa na base de relações territorializadas e dos modos de comunicação que nelas se inscrevem tem, assim, correspondência na própria identificação das estruturas de negociações, dos poderes, que agem no âmbito das sociedades locais.

É, aliás, nesta base que me parece possível apontar uma **correlação probabilística** com que deixo em aberto este artigo: as formas de poder que designamos por Poder Local tendem a tornar-se mais activas nas situações em que a sociedade local se manifesta mais estática, isto é, quando não desenvolveu processos relacionais de adensamento sócio-económico. Nestes casos, o *desenvolvimento local* depende bastante da acção das autarquias, que assim exercem uma função substitutiva e adquirem um papel mais central na promoção das respectivas economias. É possível que, então, o aumento das possibilidades de emprego implique a atracção de agentes e de recursos exteriores. Inversamente, quando o desenvolvimento local consolidou a intervenção alargada e relacional de agentes locais, num processo de acumulação material e organizativa, a centralidade do Poder Local pode ser bastante menor, dirigindo-se para as acções relacionadas com o bem-estar ou com áreas sócio-económicas marginais. ■

José
Reis

Referências Bibliográficas

- 140
- Arena, Richard; Maricic, Anna; Romani, Paul-Marie 1987 «Pour une appréhension de la notion et des formes de tissu industriel régional», in Collete Fourcade (dir.), *Industrie et Régions*, Paris, ADEFI-GRECO Economica.
- Arocena, José 1986 *Le Développement par l'Initiative Locale*, Paris, L'Harmattan.
- Bagnasco, Arnaldo 1985 *Tre Italie — la problematica territoriale dello sviluppo italiano*, Bologna, Il Mulino [1977].
- Claval, Paul 1987 «La région: concept géographique, économique et culturel», *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 112.
- Courlet, Claude; Judet, Pierre 1986 «Nouveaux espaces de production en France et en Italie», *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 29.
- Courlet, Claude; Pernet, François 1987 «La question des systèmes productifs locaux», Colloque Antropologie Sociale et Ethnologie de la France.
- Gama, António 1987 «Indústria e produção de um espaço peri-urbano», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22.
- Garofoli, Gioacchino 1983 *Industrializzazione Diffusa in Lombardia*, Milão, Franco Angeli Editore.
- Gilly, Jean-Pierre 1987 «Espaços produtivos locais, políticas de emprego e transformações da relação salarial», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22.
- Greffe, Xavier 1988 *Decentraliser pour l'Emploi*, Paris, Economica.
- Henriques, José Manuel 1986 «Iniciativas municipais inovadoras na promoção do desenvolvimento local — os casos de Castelo de Vide e de Castanheira de Pera», in *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, Vol. II, Lisboa, CISEP.
- Lopes, A. Simões 1980 *Desenvolvimento Regional — problemática, teoria, modelos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Neves, António Oliveira 1984 «A dimensão local da crise de emprego nos anos 80 — Iniciativas locais de emprego: o exemplo de Castanheira de Pera», in *Modernizar a Economia Portuguesa*, Lisboa, Associação Portuguesa de Economistas.
- Pecqueur, Bernard 1986 «Crise économique: crise du discours sur l'espace», *Économie et Humanisme*, 289.
- Pecqueur, Bernard 1987 «De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire — essai sur le développement local», Grenoble, Université des Sciences Sociales.

- | | | |
|---|------|---|
| Portas, Nuno | 1986 | «Modelo territorial e intervenção no Médio Ave», <i>Sociedade e Território</i> , 5. |
| Reis, José | 1986 | «A recolha de informação não-estatística em economia», in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), <i>Metodologia das Ciências Sociais</i> , Porto, Afrontamento. |
| Reis, José | 1987 | «Os espaços da industrialização — notas sobre a regulação macro-económica e o nível local», <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> , 22. |
| Sabel, Charles F. | 1982 | <i>Work and Politics — the division of labor in industry</i> , Cambridge, Cambridge University Press. |
| Santos, Boaventura de Sousa | 1985 | «Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português», <i>Análise Social</i> , 87/88/89. |
| Santos, Boaventura de Sousa;
Reis, José; Marques, Maria
Manuel Leitão | 1986 | «O Estado e as transformações recentes da relação salarial — a transição para um novo modelo de regulação da economia», in <i>O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica</i> , Vol. II, Lisboa, CISEP. |
| Silva, Mário Rui | 1987 | «Développement industriel et espaces productifs locaux: étude sur la Vallée de l'Ave», Simposium «Nouveaux Regards sur l'Industrialisation», Tunis. |